CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 15.º

Legislação subsidiária

Aos casos omissos no presente regulamento é aplicável o Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio (Código da Estrada), com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 2/98, de 3 de Janeiro, 265-A/2001, de 28 de Setembro, e 327/98, de 2 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 99/99, de 26 de Julho.

Artigo 16.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a data da sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Aviso n.º 3108/2006 — AP

Torna-se público que, em reunião de 6 de Junho de 2006, nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, a Câmara Municipal deliberou elaborar o Plano de Pormenor de Salvaguarda de Balsa e o Plano de Pormenor de Salvaguarda de Valença do Douro, cuja área de intervenção corresponde à área delimitada em planta anexa a este aviso. O prazo previsto para a sua elaboração é de 12 meses.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do referido diploma legal, decorrerá por um período de 15 dias úteis, a contar da data desta publicação em *Diário da República*, um processo de audição ao público, durante o qual os interessados poderão formular sugestões, bem como apresentar informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração dos Planos de Pormenor de Salvaguarda de Balsa e Valença do Douro.

Durante o referido período poderão ser consultados, no Gabinete Técnico Local, os elementos relevantes para o desenvolvimento dos trabalhos, promovendo-se, assim, a importância da participação de todos os interessados. O Gabinete Técnico Local funciona no Edifício da Casa do Brasão, sito na Rua de Macedo Pinto, em Tabuaço.

Todas as sugestões, observações ou reclamações devem ser fundamentadas e apresentadas através de ofício dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Tabuaço.

25 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Carlos Pinto dos Santos*.

CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR

Aviso n.º 3109/2006 — AP

Torna-se público que, por deliberação do executivo municipal tomada em reunião realizada a 18 de Julho de 2006, foi aprovada a proposta de alteração ao Regulamento e Taxas de Instalações Desportivas do Município de Tomar, em anexo, o qual se encontra em apreciação pública, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

31 de Julho de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Fernando Corvêlo de Sousa*.

Proposta de alteração ao Regulamento e Taxas de Instalações Desportivas do Município de Tomar

Nota justificativa

1 — A prática de actividades físicas e desportivas constitui um importante factor para o equilíbrio, bem-estar e desenvolvimento dos cidadãos, sendo indispensável para o funcionamento harmonioso da sociedade.

2 — Reconhecidamente, a prática de actividades físicas e desportivas é também um importante factor no desenvolvimento educacional das nossas crianças, que deve ser estimulado com a criação das condições adequadas à sua prática, quer em termos lúdicos quer em termos de representação desportiva, que dignifiquem o desenvolvimento do nosso concelho na área desportiva.

3 — O município de Tomar possui actualmente um conjunto de infra-estruturas desportivas de qualidade, aptas a dignificarem a imagem do concelho ao nível desportivo, mas também a proporcionarem

aos restantes utilizadores um agradável espaço de lazer que contribua para o seu desenvolvimento e equilíbrio físico.

4 — Apesar da existência de um Regulamento eficaz para algumas das instalações desportivas, existe um conjunto de instalações novas ou remodeladas que urge regulamentar de forma eficaz. Por outro lado, verificou-se a necessidade de completar e melhorar o conteúdo de alguns dos dispositivos do presente Regulamento em vigor, que se propõe ora alterar, de forma a compilar num diploma regulamentar único a utilização racional dos vários equipamentos desportivos existentes, bem como a possibilidade de serem incorporados outros, que no futuro possam estar aptos a ser utilizados.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 112.º, n.º 8, e 241.º da Constituição da República Portuguesa, dos artigos 64.º, n.º 6, alínea a), e 53.º, n.º 2, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e para os efeitos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, propõe-se ao executivo municipal a aprovação do presente projecto de alteração ao Regulamento e Taxas das Instalações Desportivas do Município de Tomar, a fim de o mesmo ser submetido a discussão pública, após publicação na 2.ª série do *Diário da República*, e posterior aprovação pela Assembleia Municipal.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente Regulamento estabelece as normas de gestão gerais, princípios e condições especiais de utilização e taxas de várias instalações desportivas propriedade do município de Tomar, adiante genericamente designadas por instalações desportivas municipais.

Artigo 2.º

Rede de instalações desportivas

A gestão das instalações desportivas municipais deverá ser organizada de forma a criar uma rede dinâmica de complementaridade que optimize os equipamentos, de acordo com as necessidades de desenvolvimento desportivo do concelho.

Artigo 3.º

Qualidade e planeamento

1 — A gestão das instalações desportivas municipais deverá ser nordeada pelos princípios de uma gestão de qualidade, se não certificada, pelo menos com um tipo de gestão equivalente.

2 — Para cada instalação desportiva municipal deverá ser elaborado um plano estratégico, a equacionar nos termos definidos no artigo anterior, com duração não inferior a um mandato autárquico, cumprindo um ciclo de gestão que passará pelo planeamento, execução, avaliação e aferição, o qual será submetido a apreciação e aprovação pelo executivo municipal.

Artigo 4.º

Carta de qualidade

As instalações desportivas municipais deverão possuir e publicitar em espaço visível a todos os utentes um documento designado por carta de qualidade, que contere os princípios e parâmetros da gestão das instalações e características dos serviços a prestar, cujo conteúdo deverá ser aprovado pelo executivo municipal.

CAPÍTULO II

Cedência e utilização das instalações

Artigo 5.º

Tipos de cedência

1 — A utilização das instalações desportivas municipais poderá processar-se por:

Cedência regular — para uma utilização contínua das instalações durante o ano lectivo/época desportiva;

Cedência pontual — para uma utilização não regular das instalações em actividades desportivas ou de lazer.

2 — Os pedidos de utilização de cada instalação desportiva devem ser apresentados nos prazos especificados neste Regulamento.